

## AS NUANCES DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

LUCAS MARTINS CHRIST<sup>1</sup>; LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES<sup>2</sup>;  
GABRIELITO RAUTER MENEZES<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – lucasmchrist@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – lucio.fernandes@ufpel.edu.br

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – gabrielitorm@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O contexto da pobreza é observado desde os primórdios da humanidade, porém torna-se pauta de estudos científicos e de debates da sociedade apenas no fim do século XIX (LACERDA et al. 2013). Possuindo ao longo da história, alterações quanto ao seu conceito, forma de medição e importância social, ou seja, um problema complexo para a realidade de quem a vive, e para a formulação de estratégias de erradicação da mesma. Neste trabalho, a pobreza será conceitualizada através da existência de carências sociais, econômicas e culturais com relação a satisfação de necessidades básicas dos indivíduos.

Durante o século XX o conceito de desenvolvimento obteve modificações em sua construção. Segundo FAVARETO (2006) a ideia de desenvolvimento como sinônimo de evolução e progresso, predominante no século XIX, foi substituída pela ideia de desenvolvimento como equivalente ao crescimento econômico, partindo da noção de que o mesmo seria suficiente para alavancar os indicadores sociais.

O recorte para a situação no meio rural ocorre devido as suas características específicas em consequência da falta de algumas condições básicas quando comparada ao urbano (acesso a escolas, infraestrutura de estradas, saneamento básico, acesso a saúde). Pesquisadores como ECHEVERRÍA (2000) e WAQUIL; MATTOS (2003) citam como problemas básicos a partir de situações de pobreza rural: educação deficiente, insuficiência nutricional, e problemas de saúde; oportunidades escassas de emprego nas atividades agrícolas e não-agrícolas.

JANVRY e SADOULET (2001, apud MATTOS 2006) destacam ainda que a pobreza rural na América Latina representa um enorme desperdício de recursos produtivos e uma fonte de externalidades negativas para o resto da sociedade, através da migração que transfere a pobreza para o meio urbano, da desestabilização política em várias regiões do continente e, em muitos casos, da deterioração do meio ambiente.

No Brasil, o grande número de pessoas abaixo da linha de pobreza no meio rural brasileiro é preocupante devido ao fato de o Brasil ser considerado importante potência agrícola e industrial e também de ser a economia mais forte na América Latina, como indicado no estudo da IFAD (2014).

Os estudos do economista indiano Amartya Sen (2000), definem que a pobreza deve ser entendida como a falta de capacitações para desenvolver os funcionamentos dos indivíduos. Ao longo do século XX o entendimento de pobreza foi ponto importante de discussão entre pesquisadores, tratando o fenômeno inicialmente através de uma abordagem unidimensional monetária, e apenas no fim do século por uma abordagem multidimensional.

Embora a análise unidimensional ainda possua maior respaldo, pois exerce maior fascínio sobre os responsáveis pelas políticas públicas e sobre grande parte dos pesquisadores (MATTOS; WAQUIL, 2008). No século XXI, o

desenvolvimento rural brasileiro foi impulsionado através de políticas públicas de concepções territoriais e de combate à pobreza. E muitos estudos foram produzidos a partir da análise e aprimoramento destas políticas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ótica da pobreza de parte da população rural no desenvolvimento rural, através de estudos que discutem as noções de desenvolvimento rural e os olhares sobre a pobreza rural brasileira.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, baseando-se em referências teóricas publicadas por meios escritos eletrônicos. Empregou-se como fontes para pesquisa: anais de eventos, artigos, livros e o portal de periódicos SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Utilizando produções científicas que relacionavam os termos “Brasil”, “desenvolvimento”, “desenvolvimento rural” e “pobreza rural”.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas décadas seguintes a Segunda Guerra Mundial, a agricultura possui uma importância significativa economicamente para o país. Através de um movimento mundial de modernização da agricultura, a chamada “Revolução Verde”, rompendo radicalmente os paradigmas de racionalidade da produção agrícola, e da mercantilização de alimentos, sendo esta, como indica NAVARRO (2001) a primeira noção de desenvolvimento rural alicerçada na modernização agrícola, e visualizando ações quanto a pobreza rural em espaços fragmentados.

Nas décadas de 1960 e 1970, momento em que ocorre a diferenciação entre regiões estratégicas no país para a modernização tanto urbana quanto rural, evidencia-se que crescimento econômico não está ligado ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza dos indivíduos, especialmente tratando-se do campo. Devido a “histórica ligação do “mercado de trabalho” e do “mercado de terras”, combinada com um modelo de modernização e industrialização sem a promoção de mudanças nas relações sociais estruturantes, são os grandes eixos reprodutores da pobreza em nosso país (DELGADO, 2012).

Já nas décadas de 1980 e 1990, ocorre em meio ao esgotamento desta noção de desenvolvimento rural, discussões acerca da integração de desenvolvimento local e participativo. A formação de uma perspectiva ligada a processos sociais e econômicos da população rural, ressurgiu sobre novas noções de desenvolvimento rural, apresentando-se como uma transformação produtiva e institucional. Estas transformações feitas em locais determinados e fundamentalmente baseada na participação de atores sociais, é denominada de Desenvolvimento Territorial.

Para NAVARRO (2001) as estratégias de desenvolvimento adotadas até então, eram no sentido de necessariamente, incluir a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores e consequentemente a eliminação da pobreza. Na nova perspectiva de desenvolvimento rural, objetiva-se a melhoria do bem-estar das populações rurais.

WAQUIL; MATTOS (2003) para o estado do Rio Grande do Sul, ao operarem com dados coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constatam a grande diferença de distribuição de renda entre o ambiente rural e o urbano, apresentando que a desigualdade e a falta de formas

geracionais de renda no rural incitavam para a persistência da pobreza. Essa desigualdade acompanha as variáveis ligadas a situação de moradia, saúde e educação da população, além da falta da infraestrutura disponível ao rural.

Ao analisarmos a diferença existente tanto de forma teórica, quanto metodológica das abordagens existentes quanto a pobreza rural, MATTOS; WAQUIL (2008) demonstram a dificuldade de mensuração de fatores relacionados as capacitações na Abordagem das Capacitações, devido a sua complexidade de mensuração. A abordagem unidimensional aplica a linha econômica da pobreza para sua classificação, enquanto a abordagem multidimensional utiliza dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Neste mesmo estudo, afirmam que a renda possui forte correlação com os fatores de moradia da população, e baixa correlação quanto aos níveis de saúde e de educação dos mesmos. E além disso, indica a existência de *clusters* quanto a discriminação de tipos de pobreza existentes no rural. Estes *clusters* nos indicam que quando tratamos de pobreza na forma multidimensional, coexistem formas diferentes de sua distribuição na população.

Após um período temporal em que tivemos forte atuação de políticas públicas de combate à pobreza e de incentivo à produção agrícola para agricultores familiares, tais como Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além do fortalecimento de desenvolvimento territorial através do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR). Tais políticas voltadas as populações mais frágeis dos estratos sociais, mais especificamente rural, neste caso.

Verifica-se a forte mudança no meio rural após os programas implantados acima. BASTOS et al. (2019) indica a existência de um perfil significativo atualmente quanto a pobreza rural, caracterizado por uma população afastada geograficamente do perímetro urbano e com atendimento deficitário quanto a infraestrutura, saneamento básico, de acesso à energia elétrica, estradas e condições básicas de acesso a saúde, educação e de assistência técnica.

Também afirma que os condicionantes ligados ao PBF, tais como a manutenção das crianças da família obrigatoriamente matriculado em escolas, e com sua vacinação em dia exercem papel fundamental para o não agravamento da situação de pobreza de sua família, possuindo um quadro de ligeira mudança para a próxima geração e a possível saída do ciclo geracional ligado a pobreza. Atenta-se ainda que houve grande diminuição quanto a população rural em estado de pobreza a partir do fim do século XX até os dias de hoje.

#### 4. CONCLUSÕES

Se quisermos pensar a pobreza frente à atual ruralidade é necessário refletirmos sobre o desenvolvimento rural e desigualdade social, consequentemente, as políticas públicas, que por sua vez não devem ser de cunho agrícola ou agrário, pois como afirmado nos estudos citados, a geração de renda por si só não acaba com a pobreza, especialmente no rural.

Para que a diminuição da pobreza na população rural ocorra, é necessário a aplicação de recursos públicos voltados a manutenção e retomada de políticas públicas de assistência social, pois mesmo as políticas de desenvolvimento rural que são aplicadas não visualizam tal população, pois encaram a pobreza em um âmbito de geração de renda apenas. Outro viés para reflexão está no incentivo de

práticas de uso sustentável e da conservação dos recursos naturais associado a pluriatividades nas áreas rurais, contribuindo para a geração e elevação da renda e alívio às situações de pobreza e a valorização do capital humano existente.

É de extrema importância a criação de infraestrutura básica e a prestação de serviços básicos no meio rural. Pois existem muitos problemas que se apresentam de forma secundárias, mas que são conectadas às infraestruturas existentes. Na questão saúde, podemos pensar em uma melhor distribuição de postos de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde e de sua atuação nas comunidades mais remotas. Na questão produtiva agrícola, pode-se gerar programas diversificados dentro da temática de PNAE e PAA municipais.

Este trabalho foi executado de maneira preliminar a uma dissertação, deixando muitas lacunas a serem preenchidas em estudos futuros, por possuir o objetivo de levantar diferentes visões e nuances que a pobreza rural apresenta no Brasil. O que não pode ser perdido de vista é que a igualdade de condições e a qualidade relacionada ao bem-estar social é direito de todos, independente das heterogeneidades territoriais existentes.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Patrícia de Melo Abrita; MATTOS, Leonardo Bornacki de; SANTOS, Gilnei Costa. Determinantes da Pobreza no Meio Rural Brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 20, n. 41, p.4-30, fev, 2019.
- DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ECHEVERRÍA, Rubén. Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe. **Revista de la CEPAL**, v 70, p. 147-160, abr. 2000.
- FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão do agrário ao territorial**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- IFAD. #FAFO 2014 – Farmers’ Forum at IFAD eyes rural development from the grassroots. **IFAD Social Reporting Blog**. Acesso em: 16 de junho de 2019. Online. Disponível em: <<http://ifad-un.blogspot.com.br>>.
- JANVRY, A. DE, SADOULET, E. **Income Strategies Among Rural Households in Mexico**: The Role of Off-farm Activities. *World Development*, 29(3), 467–480, 2001.
- LACERDA, F. C.C.; PESSOTI, G. C.; SILVA, J. S. DA. Reflexões sobre o estudo da pobreza: O que há de novo no debate atual? **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 27, 18 ago. 2013.
- MATTOS, J.E. **Pobreza Rural no Brasil**: Um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_; WAQUIL, P. Pobreza rural no Rio Grande do Sul: comparando abordagens. **Ensaio FEE**, v. 28, p. 615-642, 2008.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento Rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WAQUIL, P.; MATTOS, E.J. Pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 41, 2003, Juiz de Fora.